

# RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MODIFICATIVO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**NYDIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TELEINFORMÁTICA LTDA**  
**POLICABOS COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TELEINFORMÁTICA EIRELI**



# ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES	10
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	15
5. INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	17
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	18
GLOSSÁRIO	20

**Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Londrina – Estado do Paraná.**

**Dr. Osvaldo Taque**

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Modificativo do Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h” da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos pelas Recuperandas.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais as disposições do Modificativo do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0015121-39.2022.8.16.0014** e no site [www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br).

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 13 de junho de 2023.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
ADMINISTRAÇÕES JUDICIAIS  
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195  
**Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES**  
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



# 1

## SUMÁRIO EXECUTIVO



## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
<b>Síntese do PRJ</b>	O PRJ foi apresentado tempestivamente pelas Recuperandas no dia 04 de julho 2022, ao mov. 62. Destarte, ao mov. 336, fora promovido a juntada de Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas, o qual traz alterações na forma e condição de pagamento dos credores.
<b>Condições de Pagamento de Credores</b>	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em suas Cláusulas 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.4.1 e 7.4.2, estabelecendo carência para início dos pagamentos e deságio para os credores da Classe I – Créditos Trabalhistas superiores a 150 salários-mínimos, Classe II – Créditos com Garantia Real, Classe III – Créditos Quirografários, Classe IV – Créditos ME EPP.
<b>Alienação de Ativos</b>	Não houve alterações acerca da alienação de ativos no Modificativo ao PRJ apresentado pelas Recuperandas, motivo pelo qual ratifica-se as considerações tecidas no Relatório de Análise do Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 67.2.
<b>Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005</b>	Tratando-se das cláusulas conflitantes com a legislação, verificou-se na Cláusula 1.2.1 do Modificativo ao PRJ a previsão de que o imóvel sede das Recuperandas seria considerado essencial à manutenção de suas atividades. Assim, no sentir da AJ, a referida cláusula se caracteriza como conflitante em decorrência da competência exclusiva do Juízo Universal para fins de deliberação acerca da essencialidade dos bens das Recuperandas.
<b>Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005</b>	No Modificativo do Plano de Recuperação Judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.

# 2

## SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Análise realizada em sede de Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado pela AJ ao mov. 67.2.

2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

Não houve alteração no que tange ao Laudo Econômico-Financeiro e Laudo de Avaliação, no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratificam-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 67.2 dos autos de Recuperação Judicial. Entretanto ao PRJ Modificativo foram evidenciadas informações atualizadas sobre a projeção de resultado e caixa das Recuperandas, de acordo com o item 6.1.1, conforme apresentado e analisado abaixo:

PROJEÇÃO PRJ. VR EM K BLR	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14
FAT. BRUTO ANUAL	5.880	6.115	6.299	6.425	6.553	6.684	6.885	7.022	7.093	7.234	7.379	7.527	7.677	7.831
FAT. BRUTO MENSAL	490	510	525	535	546	557	574	585	591	603	615	627	640	653
TRIBUTOS E CUSTOS FIN. DIRETOS	449	467	481	491	501	511	526	537	542	553	564	575	587	598
RECEITA LÍQUIDA	5.431	5.648	5.817	5.934	6.052	6.174	6.359	6.486	6.551	6.682	6.815	6.952	7.091	7.233
CUSTOS VARIÁVEIS	3.861	4.015	4.136	4.218	4.303	4.389	4.521	4.611	4.657	4.750	4.845	4.942	5.041	5.142
CPV	3.701	3.849	3.964	4.044	4.125	4.207	4.333	4.420	4.464	4.553	4.644	4.737	4.832	4.929
MARGEM CONTRIBUIÇÃO	1.570	1.633	1.682	1.715	1.750	1.785	1.838	1.875	1.894	1.932	1.970	2.010	2.050	2.091
CUSTOS FIXOS	1.535	1.535	1.566	1.605	1.653	1.694	1.728	1.763	1.798	1.834	1.871	1.908	1.946	1.985
DESPESAS COM PESSOAL	951	951	970	994	1.024	1.049	1.070	1.092	1.114	1.136	1.159	1.182	1.206	1.230
OCUPAÇÃO	9	9	9	9	9	9	10	10	10	10	10	11	11	11
UTILIDADES	26	26	26	27	28	28	29	30	30	31	31	32	33	33
COMUNICAÇÃO	18	18	18	19	19	20	20	21	21	21	22	22	23	23
VEÍCULOS	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇOS	493	493	503	515	531	544	555	566	577	589	601	613	625	637
OUTRAS DESPESAS	29	29	29	30	31	32	32	33	34	34	35	36	36	37
MANUTENÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MATERIAIS	8	8	8	8	9	9	9	9	9	10	10	10	10	10
RESULTADO FINAL	35	98	116	110	97	90	110	112	96	98	99	101	103	106
PAGAMENTO PASSIVO RJ	21	77	13	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16
PMT MENSAL	2	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CLASSE I - TRABALHISTA	11,96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CLASSE II - GARANTIA REAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIA	5,69	-	13,15	15,77	15,77	15,77	15,77	15,77	15,77	15,77	15,77	15,77	15,77	15,77
CLASSE IV - M.P.E.	3,39	-	0,28	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34
CREDOR COLABORADOR	-	76,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EXTRA CONCURSAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) SALDO DE CAIXA	14	21	103	94	80	74	94	96	79	81	83	85	87	89
(=+) SALDO DE CAIXA ACUMULADO	14	35	137	231	312	386	480	576	655	737	820	905	993	1.082

(\*) O ano 1 da projeção. Considera os 12 meses subsequentes a data da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Modificativo (mov. 336.2).

Verifica-se com base nos dados apresentados que não houve alterações no cálculo do resultado das Recuperandas, sendo modificado apenas a projeção para pagamento do passivo em Recuperação Judicial e o saldo de caixa remanescente, desta forma, as análises de resultado anteriores permanecem inalteradas. A projeção de caixa modificada demonstrou redução no pagamento de passivos em Recuperação Judicial em **77%** em comparação ao PRJ anterior, resultando assim, no aumento de saldo de caixa acumulado em **825%**, passando de um saldo de **R\$ 117 mil** para **R\$ 1,082 milhões** no plano atual.

Permeia-se a ressalva de que a atividade da empresa é baseada principalmente no lastro cambial do Dólar, qual não foi exposto consideração na projeção, apesar disto, as Recuperandas apresentaram um saldo positivo de caixa acumulado ao final do período projetado (14 anos), qual poderia saldar as potenciais variações cambiais, além de quitar passivos não sujeitos a Recuperação Judicial e ser reinvestido no negócio.

## 2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

O Modificativo ao PRJ apresentado ao mov. 336.2, trouxe alterações nos meios de recuperação que as Recuperandas pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005, conforme síntese apresentada abaixo:

- a) Dilação de prazos das obrigações devidas, com redução linear, negocial de valores devidos, meio imprescindível, pela absoluta falta de capital para disponibilização imediata para pagamento dos créditos (LFRE, art. 50, inc. I);
- c) Equalização de encargos financeiros relativos a financiamentos, transação desses valores (LFRE, art. 50, inc. XII);
- d) Dação em pagamento, venda de ativos, na modalidade UPI (LFRE, art. 50, incs. IX e XI);
- e) Direcionamento da dívida fiscal mediante parcelamento factível diante da realidade de faturamento das Recuperandas (Lei nº 14.112/20).

Em comparação aos meios de recuperação apresentados no PRJ de mov. 62.2, verifica-se que houve a retirada do meio de recuperação previsto no art. 50, inc. VII da LFRE, qual seja o arrendamento total ou parcial do estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados, não havendo a inclusão de novo meio de recuperação que as Recuperandas pretendam utilizar para seu soerguimento.

Visto isso, após análise por esta Administradora Judicial das cláusulas acima expostas, constata-se que todas as medidas recuperacionais supracitadas estão em conformidade com o que dispõe a Lei 11.101/2005.

## 2.4 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Não houve alteração no que tange as medidas adotadas para recuperação do negócio no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 67.2.

## 2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

Não houve alteração no que tange a reserva de contingência para pagamento de credores não arrolados na relação de credores no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 67.2.

## 2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Acerca do passivo fiscal, o PRJ modificativo, em sua Cláusula 7.5, trata da possibilidade de pagamento de débitos tributários através da adesão ao parcelamento fiscal em razão da alteração legislativa introduzida pela Lei nº 14.112/2020, observadas as opções contidas na atual redação dos artigos 10-A a 10-C, da Lei nº 10.522/02.

Dessa forma, a referida cláusula dispõe que na modalidade de pagamento do passivo fiscal proposta pelas Recuperandas ocorrerá a redução máxima dos juros, multas e encargos no montante máximo de 65% em até 120 meses ou, ainda, a utilização de créditos do prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, limitando a utilização a 70% do valor consolidado do débito. Ademais, as Recuperandas consignaram que a decisão que homologar o PRJ servirá de ofício para as Fazendas Públicas a fim de que essas possam implementar a modalidade de pagamento previsto nesta



cláusula.

Lado outro, na hipótese de as Fazendas Públicas optarem pela não adesão quanto a modalidade de pagamento apresentada, as Recuperandas ofertarão 1,5% (um e meio por cento) de seu faturamento líquido para fazer frente ao passivo fiscal, devendo as penhoras com finalidade de pagamento serem centralizadas no juízo universal, nos termos da legislação vigente.

## **2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS**

Não houve alteração no que tange a proposta de extinção de garantias no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 67.2.



# 3

## CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



### 3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

O Modificativo ao PRJ apresentado ao mov. 336.2, trouxe alterações na forma de pagamento dos credores habilitados na reação nominal de credores. Desta forma, passa a vigor as seguintes formas de pagamento, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Créditos até R\$ 150.000,00	30 (trinta) dias após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	3 (três) parcelas após o término do período de carência.	-	-
	Créditos Excedentes à R\$ 150.000,00	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) anos após período de carência. Ademais, os pagamentos serão feitos em tranches mensais porquanto perdurar o processo de Recuperação Judicial e, anuais após o seu encerramento, sendo o primeiro realizado 12 (doze) meses após o último pagamento que tenha sido realizado enquanto ativo o processo.	Remuneração anual de 20% (vinte por cento) da CDI à título de correção monetária, acrescida de juros simples anuais de 1% (um por cento). A taxa pactuada passará a incidir a partir da data da decisão de homologação do Plano.	90%



Classe	Subclasse	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe II Créditos Com Garantia Real		20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) anos após período de carência. Ademais, os pagamentos serão feitos em tranches mensais porquanto perdurar o processo de Recuperação Judicial e, anuais após o seu encerramento, sendo o primeiro realizado 12 (doze) meses após o último pagamento que tenha sido realizado enquanto ativo o processo.	Remuneração anual de 20% (vinte por cento) da CDI à título de correção monetária, acrescida de juros simples anuais de 1% (um por cento). A taxa pactuada passará a incidir a partir da data da decisão de homologação do Plano.	90%
Classe III Créditos Quirografários	Créditos até R\$ 2.500,00	-	Até 60 (sessenta) dias após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	-	-
	Créditos Excedentes à R\$ 2.500,00	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) anos após período de carência. Ademais, os pagamentos serão feitos em tranches mensais porquanto perdurar o processo de Recuperação Judicial e, anuais após o seu encerramento, sendo o primeiro realizado 12 (doze) meses após o último pagamento que tenha sido realizado enquanto ativo o processo.	Remuneração anual de 20% (vinte por cento) da CDI à título de correção monetária, acrescida de juros simples anuais de 1% (um por cento). A taxa pactuada passará a incidir a partir da data da decisão de homologação do Plano.	90%



Classe	Subclasse	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe IV Créditos ME / EPP	Créditos até R\$ 2.500,00	-	Até 60 (sessenta) dias após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	-	-
	Créditos Excedentes à R\$ 2.500,00	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) anos após período de carência. Ademais, os pagamentos serão feitos em tranches mensais porquanto perdurar o processo de Recuperação Judicial e, anuais após o seu encerramento, sendo o primeiro realizado 12 (doze) meses após o último pagamento que tenha sido realizado enquanto ativo o processo.	Remuneração anual de 20% (vinte por cento) da CDI à título de correção monetária, acrescida de juros simples anuais de 1% (um por cento). A taxa pactuada passará a incidir a partir da data da decisão de homologação do Plano.	90%

Fonte: Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial (mov. 336.2).

### 3.2 CREDORES COLABORADORES – AMORTIZAÇÃO ACELERADA

Consonante ao que dispõe a Cláusula 7.4 do Modificativo de Plano de Recuperação Judicial em análise, as Recuperandas propõem forma opcional de pagamento aos credores de qualquer classe, visando a aceleração no plano de pagamento, com o objetivo de liquidarem seu passivo junto aos credores de forma mais célere, ao mesmo tempo que obtém recursos e/ou matérias primas, insumos e equipamentos para o fomento de suas atividades.

As modalidades de amortização acelerada são abertas à adesão por todos os credores, de modo que estes poderão manifestar o interesse em aderir tais modalidades de pagamento dentro do prazo de 10 (dez) dias após a decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial, com o exercício de opção mediante o envio de e-mail às Recuperandas, conforme discriminado infra.

### 3.2.1 CREDORES FINANCEIROS

A Cláusula 7.4.1 do Modificativo ao PRJ, prevê que os Credores Financeiros que se habilitarem a participar desta forma de aceleração da amortização destinarão novos recursos através de empréstimos para as Recuperandas ou limites para desconto de recebíveis. Os montantes das tranches a serem fornecidas através de empréstimo não terão valor mínimo definido, embora fique a cargo da administração das Recuperandas aceitarem a oferta dos Credores Financeiros.

Outrossim, a cláusula em comento dispõe que os contratos de empréstimo e/ou troca de recebíveis terão remuneração definida entre as partes, inclusive no que tange ao percentual que será destinado à amortização da integralidade do crédito sujeito aos efeitos da presente recuperação judicial, podendo ser admitida a compensação com recursos e/ou direitos pertencentes às Recuperandas, o que deverá constar no termo de adesão.

### 3.2.2 CREDORES FORNECEDORES

Não obstante, o Plano de Recuperação Judicial Modificativo estabelece, em sua Cláusula 7.4.2, que os credores fornecedores deverão retomar o fornecimento de produtos e serviços às Recuperandas, ainda que à vista, nas condições normais de mercado, assegurando a prática do melhor preço, forma e frete ofertados a players cujo objeto social seja análogo ou similar ao das Recuperandas.

Ademais, existe previsão de que o Credor deverá faturar os pedidos para as Recuperandas de acordo com os prazos estabelecidos em uma das modalidades abaixo previstas, sendo a diferença apenas de percentual de amortização, amoldando-se em ao menos um dos seguintes formatos:

a) Modalidade 1: os credores que representarem 35% (trinta e cinco por cento) ou mais do faturamento mensal das Recuperandas, irão receber seus créditos da seguinte forma:

- Sem aplicação de deságio;
- Carência de 6 (seis) meses contados da decisão que homologar o PRJ;
- 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas.

b) Modalidade 2: os credores que representarem menos de 35% (trinta e cinco por cento) do faturamento mensal das Recuperandas, irão receber seus créditos da seguinte forma:

- Sem aplicação de deságio;
- Carência de 6 (seis) meses contados da decisão que homologar o PRJ;
- 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.

Por fim, o PRJ ressalta que o Credor deverá garantir que as condições de comercialização, incluindo preço de venda, custo do frete, quando incluso no preço de venda, e outras, são no mínimo as melhores condições aplicadas por eles no mercado para prazos de pagamentos.



# 4

## ALIENAÇÃO DE ATIVOS



#### **4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA**

Não houve alteração no que tange a relação de bens indicados no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 67.2.

#### **4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO**

Não houve alteração no que tange a forma de alienação e destinação do produto indicada no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 67.2.





# 5

## INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005



## 5.INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005

Além das análises das cláusulas já constatadas no Relatório de Análise do Plano de Recuperação Judicial acostado ao mov. 67.2, também houve a identificação de nova cláusula conflitante no PRJ modificativo apresentado pelas Recuperandas, consono segue *infra*:

### • **Cláusula 1.2.1:**

A Cláusula 1.2.1 do PRJ Modificativo apresentado pelas Recuperandas prevê que “ Considera-se, ainda, ativo da companhia, **essencial à consecução de suas atividades empresariais**, o imóvel sede das Recuperandas, descrito e caracterizado na Matrícula nº 25.112, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Londrina/PR, onde são desenvolvidas suas atividades, estão suas instalações e estoque, cuja manutenção é condição para o correto cumprimento das obrigações sujeitas e não sujeitas à este Plano”.

Na compreensão desta Administradora Judicial, a disposição supramencionada diverge da jurisprudência firmada pelo STJ, sendo pacificado o entendimento de que, compete exclusivamente ao juízo universal, deliberar acerca da essencialidade dos bens pertencentes as Recuperandas para a manutenção de sua atividade empresarial, senão vejamos:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARRESTO DETERMINADO POR OUTRO JUÍZO EM BENS CONSIDERADOS ESSENCIAIS PELO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. **COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL**. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. **Nos termos da jurisprudência desta Segunda Seção, “há absoluta convergência, entre doutrina e jurisprudência, que, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizado pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação do patrimônio da recuperanda, o que tem o condão, inclusive, de impedir a retirada de bens essenciais, ainda que garantidos por alienação fiduciária, da posse da sociedade em recuperação (art. 49, § 3º, da LRF)”** ( CC 153.473/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/05/2018, DJe 26/06/2018). 2. Nessa linha de entendimento, compete ao Juízo da Recuperação das suscitantes decidir sobre a essencialidade das sacas de milho, bem como acerca da definição de sua propriedade, como, de fato, foi feito, cabendo, a partir daí, a impugnação da parte contrária pelos meios recursais próprios. 3. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt nos EDcl no CC: 169116 MA 2019/0321521-9, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 16/03/2021, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 24/03/2021)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL, EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE DESPEJO. **DESAPOSSAMENTO DO IMÓVEL EM QUE DESEMPENHADA A ATIVIDADE EMPRESARIAL. RECONHECIMENTO DA ESSENCIALIDADE DO BEM. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO**. PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO NO QUE CONCERNE. 1. “Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, **competes ao juízo da recuperação judicial a análise acerca da essencialidade do bem para o êxito do processo de soerguimento da empresa recuperanda, ainda que a**

**discussão envolva ativos que, como regra, não se sujeitariam ao concurso de credores.**” ( AgInt no CC 159.799/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/06/2021, DJe 18/06/2021) 2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(STJ - AgInt no REsp: 1784027 SP 2018/0321880-3, Data de Julgamento: 06/06/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/06/2022)

Sendo assim, em conformidade com o entendimento jurisprudencial colacionado supra, tem-se que tal análise se trata de atribuição exclusiva do juízo universal quanto ao reconhecimento, ou não, da essencialidade de bens pertencentes às Recuperandas, motivo pelo qual, no sentir desta Administradora Judicial, não deve ser transferido aos credores a decisão, mediante aprovação do PRJ, quanto a essencialidade do imóvel indicado na cláusula do PRJ Modificativo em comento.

Nessa seara, na ótica desta Administradora Judicial, o trecho colacionado alhures, o qual compõe a cláusula 1.2.1, é inválido, uma vez a deliberação acerca da essencialidade de bens das Recuperandas é inerente ao juízo universal, e não de seus credores, de modo que a análise a respeito da imprescindibilidade do imóvel de matrícula nº 25.112, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Londrina/PR, deve ser pleiteada pelas Recuperandas, nos autos de Recuperação Judicial, ocasião em que o Ilmo. Magistrado decidirá sobre do tema.



# 6

## CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005



## 6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Modificativo do Plano de Recuperação Judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.



# 7

## GLOSSÁRIO



## GLOSSÁRIO

AGC – Assembleia Geral de Credores  
AI – Agravo de Instrumento  
AJ – Administradora Judicial  
ART. – Artigo  
CCB – Cédula de Crédito Bancário  
DJE – Diário de Justiça Eletrônico  
DES – Desembargador (a)  
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício  
ED – Embargos de Declaração  
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada  
EPP – Empresa de Pequeno Porte  
GRUPO POLICABOS: Policabos Comércio de Produtos de Teleinformática EIRELI e Nydia Distribuidora de Produtos de Teleinformática Ltda  
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços  
INC. - Inciso  
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)  
LTDA – Limitada  
ME – Microempresa  
MM. – Meritíssimo  
M – Milhão  
MOV. - Movimentação  
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
QGC – Quadro Geral de Credores  
RJ – Recuperação Judicial  
Rel. – Relator (a)  
Recuperandas – Grupo Policabos  
Resp – Recurso Especial  
RMA – Relatório Mensal de Atividades  
RNC – Relação Nominal de Credores  
ROA – Retorno sobre ativo total  
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido  
S. A. – Sociedade Anônima  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF – Tribunal Regional Federal  
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP 87.020-015  
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)

